

VIII.

O ULTRANEOLIBERALISMO À BRASILEIRA E ALGUMAS ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS DO CAPITAL INCIDENTES NO SERVIÇO SOCIAL

Ivy Ana de Carvalho

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
A Flor e a Náusea. (ANDRADE, 1945).

INTRODUÇÃO

No presente ensaio analisaremos algumas estratégias ideológicas contemporâneas do capital que têm incidido no Serviço Social, todavia para tal apreensão far-se-á necessário abordar aspectos particulares da formação social e histórica brasileira, bem como determinações da fase atual do capitalismo no Brasil – ou seja, de crise destrutiva capitalista e avanço do que alguns autores têm chamado de ultraneoliberalismo. Nesse sentido, para a construção das mediações analíticas necessárias à reflexão sobre tal tema, partimos da conjectura que traços da nossa formação social somadas ao papel do capitalismo dependente brasileiro na economia mundial atual, tornam o Brasil – no contexto de pandemia - um dos países precursores na execução desta ofensiva ultraneoliberal com cariz de extrema direita e matizes conservadores reacionários. Tais aspectos impactam diretamente o Serviço Social, seja no campo da destruição de diretos sociais e políticos, seja na esfera da reconfiguração da formação profissional e do trabalho das(os) assistentes sociais na atualidade.

Alicerçando-nos no método materialista histórico-dialético de apreensão da realidade social, ou seja, na teoria social de Marx e pensadores da tradição marxista, delineamos a exposição do texto em três momentos: um primeiro, no qual nos aproximamos de alguns traços da formação social brasileira marcada por um capitalismo dependente de faceta escravocrata, patriarcal e autocrática. Aspectos vinculados ao papel econômico-político do Brasil, e de nossas classes fundamentais, à acumulação capitalista em âmbitos mundiais. Um segundo, em que abordamos determinações fundamentais à elucidação do tempo presente, denominado por Mézáros (2011, p. 603) de “[...] crise estrutural do sistema do capital.” refletida, também, neste quadro pandêmico –, e elementos do chamado ultraneoliberalismo. Por fim, analisaremos a manifestação no Serviço Social de algumas estratégias da ideologia burguesa contemporânea, no qual atentamos para os processos de precarização do trabalho das(dos) assistentes sociais e implicações do ultraneoliberalismo na profissão. Dentre tais estratégias destacamos o empoderamento¹³⁶ como um dos atuais mecanismos de

¹³⁶Parte das reflexões acerca do empoderamento resultam da minha pesquisa de doutoramento e da minha dissertação de mestrado. Cf. a tese em: CARVALHO, I. A. de. **Para a Crítica do Empoderamento**: a ideologia

responsabilização dos sujeitos (e retomada de práticas profissionais conservadoras) em um cenário de hiperfocalização e/ ou aniquilamento das nossas parcas políticas sociais.

1. PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

De antemão, expomos que o método a orientar este ensaio foi o materialismo histórico –dialético, no qual fazemos interlocuções com a obra marxiana e pensadores da tradição marxista. Não à toa abrimos este ensaio destacando a metodologia de pesquisa a qual amparamo-nos; fazemos isto em tempos de ofensiva autoritária e ataques à Ciência a se expressar, também, no campo da produção científica na área das Ciências Sociais e Humanas.

Posto isto, compreendemos que a implementação - por um governo de extrema direita - do chamado ultraneoliberalismo no Brasil é demonstrativa das marcas originárias da nossa formação social e histórica. Parte constitutiva dessas marcas está presente em nosso capitalismo, visto que tem uma relação de dependência no circuito mundial de acumulação capitalista. Para além das características particulares a nossa formação social - escravocrata, patriarcal e colonialista -, o capitalismo dependente tem aspectos específicos na acumulação do capital em âmbitos mundiais. Dentre estes, citamos dois: o intercâmbio desigual via transferência de valor e a “[...] superexploração da força de trabalho [...]”, categoria criada por Marini (1973, p. 38), os quais são primordiais à apreensão da situação da classe trabalhadora latino-americana.

De acordo com o pensador, aspectos como a intensidade e precarização configuram esta superexploração da classe trabalhadoras nos países latino-americanos capitalistas dependentes. Assim, expõe que o aumento da intensidade do trabalho aparece como uma forma de aumentar a mais-valia via maior exploração dos trabalhadores (sem incremento na capacidade produtiva). Este aumento da exploração também se dá através da ampliação do trabalho excedente, ou seja, do prolongamento da jornada de trabalho, no qual “[...] o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo.” (MARINI, 1973, p. 38).

Quanto ao intercâmbio desigual no campo da transferência de valor, o identificamos – também - na desigualdade de produção de bens pelas nações e a expressão desta nos valores das mercadorias. Não obstante, há uma dinâmica complexa na desigualdade do intercâmbio de valores, na medida em que as mercadorias vendidas com altos preços pelos países centrais têm embutidas – no circuito de troca de valores - um processo produtivo balizado na especialização intensiva calcada em um alto desenvolvimento tecnológico e alta produtividade do trabalho. Com isso, os produtos destas nações centrais apresentam valores maiores do que os produzidos nos países periféricos, cuja especialização produtiva intensiva está voltada à natureza e aos produtos primários. Diante disso, segundo Marini 2013 (*apud* LUCE, 2018, p. 34), as nações desfavorecidas acabam por ceder (gratuitamente) parte do valor que

do indivíduo mônada social. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019. Cf. a dissertação em: CARVALHO, I. A. de. **O fetiche do empoderamento**: do conceito ideológico ao projeto político-econômico. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

produzem, de modo que esta transferência de valor favorece aqueles países com maior produtividade, que, por sua vez, vedem suas mercadorias a preços de produção mais baixos.

No concernente a superexploração da força de trabalho, nos países capitalistas de economias dependentes ela tendencialmente assume um caráter sistêmico e estrutural, sendo utilizada pela burguesia nacional-dependente enquanto meio de compensar suas perdas nos processos de intercâmbio desigual nas transferências de valor. Operam-se aqui processos de degradação das condições de consumo e vida da força de trabalho; pois, ao mesmo tempo em que achata seus salários¹³⁷, lhe avilta a satisfação das necessidades básicas à sua reprodução e de sua família, bem como se apropria do seu valor de uso (na medida em que se ampliam os processos de desgaste físico e mental).

Vale lembrar que a industrialização dos países capitalistas dependentes não se deu de forma orgânica e sim de maneira subordinada, tanto que seus sistemas de produção estão integrados de forma submissa aos países centrais. Configura-se nestas economias um descompasso entre a estrutura produtiva subordinada e as necessidades básicas à reprodução social da massa de sua população trabalhadora. Além disso, existem particularidades próprias do Estado no capitalismo dependente, tal como aponta Osório (2014), há fissuras típicas do Estado de classes, sendo que dois processos são genuínos do Estado classista no capitalismo dependente: 1- condição de dependência das formações sociais as quais se constitui; 2- o significado do específico modo de exploração no capitalismo dependente: a superexploração¹³⁸.

Jaime Osório (2014) denomina estes Estados de subsoberanos, na medida em que se caracteriza por relações restritas de soberania diante de formações histórico-sociais e econômico-políticas com exercícios mais plenos da soberania. Sendo estes conhecidos como Estados centrais, desenvolvidos e imperialistas, ou seja, nações que exercem domínio ou soberania no interior da estrutura de produção capitalista mundial. Nesta, é notória a subordinação e associação das burguesias nacionais com as classes dominantes dos países soberanos. Tal associação é condição *sine qua non* à sobrevivência dessas burguesias locais.

Posto isto, frisamos que o Brasil se configura enquanto um país de capitalismo dependente, cujas expressões das relações de dependência são perceptíveis nas áreas da indústria, da ciência, do comércio, da tecnologia e no mercado financeiro. Todavia, também se caracteriza como uma economia exportadora especializada em algumas produções; sendo ainda um exportador de commodities (matérias-primas ou mercadorias em seu estado bruto, a exemplo da soja e do ferro). Por um lado, não gera – com algumas exceções – tecnologia própria; por outro, assim como os demais países de capitalismo dependente, não dispõe de moeda conversível no intercâmbio internacional, o que coloca o Brasil em uma inserção no mercado internacional vinculada ao acesso às moedas de países imperialistas, como o dólar estadunidense e o euro das nações europeias.

¹³⁷Expressão monetária do valor de troca.

¹³⁸Este modelo particular de exploração da força de trabalho no capitalismo dependente irá determinar “[...] as relações entre classes, frações e setores.” (OSÓRIO, 2014, p. 205). O autor frisa ser necessário distinguir as frações dos setores do capital, haja vista que as frações são compostas pelo capital financeiro e/ou bancário, capital industrial, capital agrícola e pelo capital comercial. Já os setores são formados pelo grande capital, médio capital e o pequeno capital. Importam tais diferenciações porque “[...] a política econômica não pode resolver da mesma maneira as necessidades de reprodução de todas essas frações e setores.” (OSÓRIO, 2012, p. 72). Alguns serão mais favorecidos e outros mais prejudicados.

Segundo Florestan Fernandes, existem particularidades históricas constitutivas do capitalismo dependente, dentre estas cita a grande concentração de renda e o poderio de estratos sociais estrategicamente funcionais aos interesses da burguesia internacional. A configuração de estruturas político-econômicas e socioculturais dependentes entre si são necessárias à expansão da economia mundial balizada na concentração de renda dentro desses países dependentes e exploração externa aos mesmos. Além disso, as economias dependentes têm uma classe trabalhadora que participa subalternamente do ordenamento sociopolítico e econômico vigente. Para Fernandes (2009), a essência do subdesenvolvimento dos países latino-americanos vincula-se a sobreapropriação capitalista e a relação de dependência com os países centrais. Cabe destacar que a marca colonial expressa nas relações de trabalho e presentes nos países latino-americanos foram fundamentais à eclosão do mercado capitalista moderno e à inserção deles no mercado mundial, ou seja, no sistema de produção capitalista, de exportações e importações de mercadorias. A modernização interna foi impulsionada com o desenvolvimento do comércio, no entanto as marcas de origem colonial presentes nas relações de trabalho se tornaram um problema à instauração do regime de acumulação capitalista, o que exigiu a mercantilização da força de trabalho nestes países.

Ao pensarmos o Brasil e as expressões das desigualdades econômica, política e social aqui, temos que pensar nos traços constitutivos do nosso capitalismo dependente e do seu papel na dinâmica do mercado mundial. Conforme Fernandes (2009, p. 60), a dependência não é “mera condição”, porém sim a “[...] articulação estrutural de dinâmismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como *compensadora, útil e criadora* pelo outro polo.” (FERNANDES, 2009, p. 60 – grifo do autor). O autor também destaca que a formação social dos países latino-americanos se caracteriza pela articulação de uma “modernização do arcaico” e uma “arcaização do moderno”, sendo estruturante para o desenvolvimento industrial amplo nestes países e tendo ainda garantido superprivilégios às classes dominantes – via superconcentração de renda através da conservação de formas de degradação objetiva e subjetiva da reprodução da classe trabalhadora.

Na concepção de Florestan Fernandes (1976), para além da dependência político-econômica e tecnológica, há uma dependência em âmbitos ideológicos¹³⁹, cuja expressão é a “heteronomia cultural”. Esta vincula-se a maneira como os países da periferia capitalista reproduzem os moldes de desenvolvimento dos países imperialistas, no qual a heteronomia cultural faz com que este desenvolvimento se dê parametrado nos países europeus, porém dentro dos limites do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, a heteronomia cultural está diretamente ligada às imposições econômicas feitas ao Brasil em sua inserção dependente na economia mundial. Além de esta ser importante para a dominação externa, também é relevante à dominação interna, visto que por meio dela as classes dominantes mantêm seus interesses e seu poder em relação aos despossuídos. Isto se dá, ainda, porque as elites brasileiras – por não terem um projeto de nação – não se preocupam em subordinar os rumos do desenvolvimento nacional aos interesses e ditames externos. Caio Prado Júnior (1977) também frisa a necessidade de

¹³⁹Vale ressaltar que o autor compreende ideologia enquanto concepção de mundo. Cf. FERNANDES, F. A **revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

pensarmos a realidade brasileira considerando a articulação entre os movimentos do mercado mundial e a dinâmica socioeconômica interna. Ademais, o autor ainda frisa as marcas do colonialismo e o peso do escravismo na sociedade brasileira, aspectos estes refletidos em nossa via não clássica de transição ao capitalismo. O Brasil foi se adaptando ao capitalismo em seu planejamento político-econômico, tanto que nos espaços agrários foi substituindo lentamente o trabalho escravo pela força de trabalho livre, ou seja, foi se adaptando ao progresso preservando arcaicos da sua formação social e histórica.

Conforme Fernandes (1976), a formação capitalista brasileira tem como marca estrutural a “heteronomia”¹⁴⁰, cujo processo de modernização se dá conservando nossas marcas sociais, políticas e econômicas originárias. Para ele as tecnologias que se desenvolveram e se adaptaram às “sociedades centrais” trazem consigo novas relações, reatualizam as velhas e novas determinações para o conflito de classes, na medida em que há uma intensificação da exploração. A combinação das formas “arcaicas” com as “modernas” ou “ultramodernas” de exploração capitalista são, portanto, indissociáveis em nosso país, assim como em nossa América Latina. As diversas formas de exploração “[...] puderam ser mantidas no circuito histórico graças as várias combinações do poder despótico ou oligárquico das classes capitalistas”¹⁴¹. A burguesia nacional não teve a autonomia histórica necessária para enfrentar os problemas de seu tempo com a mesma veemência que a europeia com a nobreza feudal, o que a forçou a resolver a questão da revolução nacional-democrática de outra forma.

Isto porque estava a burguesia brasileira paralisada. “De um lado, ela está paralisada pelos controles imperialistas; de outro lado, ela está paralisada pelo medo ao Povo – especialmente, medo das classes trabalhadoras.” (FERNANDES, 1980, p. 48-49). Tal paralisção ou apatia devia-se à não incorporação dos “de baixo”, à associação da burguesia brasileira ao capitalismo imperialista, bem como à imposição de suas exigências à economia política nacional, determinação esta que configurou no Brasil – e em alguns países do cone sul – a instituição de um Estado autocrático burguês.

O sociólogo¹⁴² aponta que as diferentes transições da economia colonial à economia capitalista produzem sempre três realidades estruturais diversas: 1º) “[...] uma concentração progressiva da renda, do poder e prestígio nos estratos que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa [...]”; 2º) “[...] a coexistência de estruturas econômicas, políticas e socioculturais de “diferentes épocas” [...]”, resultando em uma simbiose entre o arcaico e o moderno; e, 3º) “[...] a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente [...]” (FERNANDES, 2009, p. 34-35) como condição para estabilidade do sistema. Essas três realidades estruturais citadas por Florestan – de concentração de poder e renda, simbiose entre o arcaico e o moderno, bem como da exploração (econômica, política e social) da população pauperizada – sintetizam-se e aprofundam-se ao longo da história no Brasil. Portanto, é fundamental percebermos que

¹⁴⁰Evidente na dificuldade da burguesia brasileira em construir um projeto nacional de desenvolvimento, visto que o país se insere de forma subalternizada no capitalismo internacional. Deste modo, nosso capitalismo dependente se caracteriza pela satisfação dos interesses dos “de cima”.

¹⁴¹FERNANDES, F. *Movimentos Socialistas e Partidos Políticos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

¹⁴²FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2009.

esse Estado autocrático é indissociável da particularidade da formação social brasileira, e, sendo assim, torna-se inseparável do capitalismo dependente e do imperialismo. Constatamos que tanto o capitalismo dependente quanto o Estado autocrático-burguês põem-se como meios particulares de alienação do poder político-econômico, haja vista que

[...] uma precondição essencial da alienação *universal* (econômica) é a realização da alienação *específica* (afetada politicamente). A alienação universal implica logicamente a alienação parcial e, (...) historicamente a alienação deve ser primeiro político-parcial antes de se tornar econômico-universal. (MÉSZÁROS, 2006, p. 129, grifo do autor).

Assim, a suposta burguesia nacional, reproduzindo as fragilidades típicas de um país de capitalismo dependente apresenta relações simbióticas entre os interesses externos e as demandas intrínsecas da classe. Desta forma se configurou numa classe que Fernandes denomina como plutocrática, na qual não se distinguem interesses de uma burguesia propriamente nacional com os da burguesia internacional. Como exemplo acerca da autocracia burguesa enquanto um “modelo” do capitalismo dos monopólios, Netto elucida-nos (2006) que o Estado erguido após a ditadura militar de 1964 teve por função assegurar a “[...] a *reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios [...]” (NETTO, 2006, p. 27-28, grifo do autor).

Portanto, os países de formação sócio-histórica capitalista dependente, para além atenderem necessidades dos países centrais no circuito de acumulação ampliada de capital, têm uma democracia restrita e a característica de serem antagônicos a pauta da universalização dos direitos humanos. Tal como sinaliza Florestan Fernandes (2011, p. 117-118):

A sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca numa democracia restrita e em um Estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Na esteira desta autocracia burguesa no Brasil, diante das crises estruturais capitalistas, nosso Estado assume também um caráter autocrático e, por vezes, atua na restrição ainda maior das – já frágeis– conquistas democráticas. Junto a isto, com explícitos matizes neofascistas e subterfúgios pandêmicos, o governo Bolsonaro avança com os processos de precarização e privatização dos direitos sociais; assim, demonstrando célere capacidade de adaptação às novas exigências da acumulação capitalista e do chamado “ultraneoliberalismo”.

2. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O CHAMADO ULTRANEOLIBERALISMO

"As crises são sempre apenas *soluções momentâneas violentas* das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado." (MARX, 1983, p. 188, grifo do autor). De forma genérica, se por um lado, o modo de produção capitalista tende a um rápido desenvolvimento das suas forças produtivas; por outro, necessita manter o capital existente e seu processo de valorização em patamares elevados. Todavia, para preservar a autovalorização do capital existente se vale de alguns métodos que redundam na queda da taxa de lucro, desvalorização do capital vigente, economia de capital variável, dentre outros aspectos.

As crises periódicas resultam de a incapacidade do capital adicional valorizar o valor apropriado privadamente. Isto gera um processo de destruição ou desvalorização do capital na sua forma-valor, forma-mercadoria, forma-fixa. Tais aspectos perturbam e geram estagnação na esfera da circulação, sendo ainda intensificados pelo colapso do sistema de crédito que se desenvolve ao lado do capital. Estas contradições levam o capital à "[...] crises violentas e agudas, súbitas desvalorizações forçadas e à estagnação e perturbação reais do processo de reprodução, e com isso a uma diminuição real da produção." (MARX, 1983, p. 192).

Observa Mészáros (2011, p. 697, grifo do autor) ser necessário examinarmos a crise atual enquanto "[...] representação de um *continuum depressivo*, que exhibe características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada."

Segundo Mandel (1982), as crises são um momento particular do modo de produção capitalista, no qual há uma combinação de todas as suas contradições. Os momentos de expansão, de ascensão do capital exigem elevada taxa de lucro, pois é ela que cria as condições para a expansão do mercado. Em determinado ponto do processo, no entanto, a maior composição orgânica dos capitais reduz a taxa de lucro e provoca também uma contração relativa do mercado. Essa contração desemboca em uma crise de superprodução, a qual, com a redução das inversões capitalistas, pode se transformar em uma depressão. Neste momento, há uma enorme queima de capital em todas as suas formas (inclusive o capital variável, com o aumento do desemprego e/ou redução do fundo de consumo da força de trabalho). O desemprego crônico e o processo de desvalorização do capital levam a uma elevação da taxa de exploração (extração de mais-valor), visando a recuperação da taxa de lucros.

Marxista húngaro contemporâneo de Mandel, Mészáros (2011) discorre sobre a crise capitalista e revela o estágio ao qual chegou à crise de superacumulação: passando de cíclica à estrutural-destrutiva. Para ele, a crise estrutural já havia sido projetada por Marx como tendência, visto que expressa um momento da acumulação capitalista em que já não mais se pode contar com o deslocamento dos ciclos de crise¹⁴³. Para Mészáros (2011), vivenciamos um contexto de crise estrutural ou endêmica do capital, visto que alicerça seu processo de acumulação ao que Marx (1983) denominou como "produção destrutiva" – operando a despeito das implicações de suas ofensivas à sobrevivência da humanidade.

¹⁴³Assim, tanto Marx quanto Mészáros entendem a crise como genericamente estrutural. Em sua concepção, o capital deve ser essencialmente associado à crise, pois, de formas variadas, fazem parte da existência do capital e as configuram como maneiras de ultrapassar suas barreiras imediatas.

Reiterando o estudo de Mészáros (2011) é fundamental reconhecermos a peculiaridade deste contexto de crise estrutural ao sistema de acumulação do capital, à proporção que avança com seus mecanismos ideo-políticos e econômico-sociais numa tentativa de “controlar” um sistema de produção-exploração eminentemente incontrolável. Desde o início de 2020 temos vivenciado com a pandemia da Covid-19 uma das facetas mais cruéis desta quadra histórica que escancara o grau de destrutividade, desumanidade e incontrolabilidade do capitalismo contemporâneo. Embora analistas ideólogos dos interesses do capital tentem apartar a pandemia da crise econômica componente do modo de ser da produção capitalista, endossamos as leituras de Granemann e Miranda (2020, p. 27) ao alertarem que a eclosão da crise sanitária mundial resultante da pandemia do novo coronavírus – ao demandar mundialmente ações de diferentes Estados – “[...] conjugou-se à perfeição à crise econômica ao tornar exigência universal – de todas as classes – a realização dos gastos estatais em favor da burguesia [...]”. Neste cenário, os Estados disponibilizaram recursos públicos aos capitais para intervirem na recuperação econômica (ou seja, em prol dos interesses da burguesia).

A pandemia não desencadeou a crise econômica, mas a aprofundou. Ambas possuem o mesmo código genético: foram gestadas pelo capitalismo num mesmo marco histórico e, por isso, contraditoriamente, a pandemia possibilita a um só tempo o agravamento da crise econômico-social e as oportunidades para que ocorra o tal equilíbrio posterior às crises – ainda que sempre como solução temporária ao restabelecimento das condições gerais da acumulação capitalista. (GRANEMANN; MIRANDA, 2020, p. 29).

A pandemia da Covid-19, até então enquanto a maior tragédia do século XXI com os adoecimentos e mortes causadas pelo novo coronavírus, favoreceu aos capitais. Isto se deu à proporção em que Estados injetaram recursos do fundo público em favorecimento dos grandes capitais. No concernente a realidade brasileira, o referido vírus se espalhou entre integrantes da classe trabalhadoras já desguarnecidos de direitos sociais mínimos e acometidos pelos impactos deletérios das contrarreformas das três últimas décadas. Silva (2020, p. 66), em seu imprescindível artigo sobre “Favela e Covid-19”, ressalta estar explícito que no contexto de pandemia em âmbitos mundiais, as desigualdades genuínas deste modo de produção capitalista e das particularidades do capitalismo dependente brasileiro ficam ainda mais evidentes. Quando a pandemia chega à favela, a nova forma de adoecer advinda do novo coronavírus se soma as dificuldades estruturais já vivenciadas pelos moradores da favela, na medida em que já adoecem por falta de saneamento básico e mínimas condições de higiene. Enfatiza a autora: “A pandemia agudizou a desigualdade socioeconômica e não fez desaparecer a violência cotidiana a que trabalhadores, trabalhadoras e filhos e filhas são submetidos no dia a dia.” (SILVA, 2020, p. 67).

Retomando a discussão do ultraneoliberalismo como uma das expressões da crise estrutural do capital, entre as ondas depressiva mais recentes, destacamos aqui a crise de 2008, posto que denota uma mudança no formato de dominação entre as nações imperialista, cujos Estados Unidos – historicamente os maiores credores mundiais – tornam-se os maiores devedores. Como resposta a esta crise ampliam-se os regimes de austeridade fiscal, bem

como as contradições entre a acumulação capitalista e as democracias. A expansão da hegemonia neoliberal torna-se ainda mais evidente, bem como as diferenças entre a repercussão da ofensiva neoliberal nos países centrais e periféricos do capitalismo. Afirma Cislaghi (2020) que a crise de 2008 levou o capitalismo - balizado na financeirização e no neoliberalismo – “[...] a um novo patamar que permitiu na década seguinte a formação de um novo bloco histórico para sua legitimação que teve como consequência a ascensão de governos neofascistas em vários países do mundo.” (CISLAGHI, 2020, p. s/n)¹⁴⁴.

Esta virada iniciou no Brasil com o golpe parlamentar (e seus braços jurídicos e da grande mídia) em 2016, que derrubou o governo de Dilma Roussef. Ainda que seu governo tenha respondido às necessidades capitalistas realizando contrarreformas e repassando o fundo público ao capital financeiro, novas exigências impuseram um aprofundamento da plataforma neoliberal, identificada por alguns analistas como “ultraneoliberalismo” (ANTUNES, 2018; CISLAGHI, (2020). Harvey (2011), em *O enigma do capital*, faz um balanço da crise do capital e dos mecanismos de sobrevivência do capitalismo no qual aponta que quanto mais prolongadas forem a miséria e as incertezas do modo de produzir a vida no capitalismo, maiores serão as demandas para a construção de algo diferente. Dentre tais mecanismo de sobrevivência destacamos a faceta mais recente do neoliberalismo: o chamado ultraneoliberalismo.

Netto (2007, p. 77) já sinalizara que a essência do arsenal no neoliberalismo se concentra em alguns aspectos, dentre estes: “[...] uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável, e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.”. Ora podemos dizer que, em tempos de permanente ajuste fiscal no Brasil e aperfeiçoamento do ultraneoliberalismo, vivenciamos há pelo menos três décadas um quadro de instauração de um Estado desnudo. Ao desnudar-se da preocupação em responder continuamente às necessidades sociais mínimas da classe trabalhadora, este Estado reconfigurado tem – cada vez mais – se pautado pela emblemática e infame frase da própria Margareth Thatcher (implementadora do neoliberalismo inglês): “Não há sociedade, só indivíduos”.

Eis que em nossa análise, um dos atuais mecanismos ideológicos da burguesia contemporânea – em tempos ultraneoliberais de Estado desnudo – tem sido as alternativas autodeterminadas. No bojo destas que identificamos o chamado empoderamento, ao afinar-se a concepção neoliberal do homem, à proporção que avança a perspectiva do sujeito atomizado, reificado, empoderado (provedor de si) e “livre” para satisfazer as necessidades do mercado. Portanto, podemos dizer que conforma a cultura política ultraneoliberal a ideia do “indivíduo empoderado” (autoempregado, empreendedor, participativo, autossustentável e cidadão ativo), sendo que esta aparece atrelada ao que estamos entendemos por princípio ultraneoliberal do “individualismo empoderado”¹⁴⁵.

¹⁴⁴CISLAGHI, J. F. **Parte III** – O ultraneoliberalismo e a política dos ressentimentos. Esquerda on line, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

¹⁴⁵Voltaremos a esta discussão no próximo item, cuja aproximação versará sobre a incidência no Serviço Social de algumas estratégias ideológicas do capital, em especial a do empoderamento.

De acordo com Behring, Cislaghi e Souza (2020, p. 105), o que estamos vivenciando atualmente não é uma mera “mudança de pele” do neoliberalismo¹⁴⁶, pois desde 2016 estamos sob um novo tipo de golpe de Estado e atravessados pelo aprofundamento do ajuste fiscal. Tal processo, no governo Bolsonaro combina a apropriação privada do fundo público com a retomada das privatizações, avanço das contrarreformas, ataque às liberdades democráticas e às políticas de proteção ambiental, assim como aos povos indígenas. Apontam as autoras:

Entendemos por ultraneoliberalismo essa mais recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo. A maioria dos autores do campo crítico, adotando ou não esse termo, concordam que o neoliberalismo sofre uma inflexão que aprofunda seus pressupostos, como consequência da crise financeira de 2008. [...] Dardot e Laval (2019) que utilizam para caracterizar esse momento a expressão “novo neoliberalismo”, afirmam que, apesar dos movimentos de resistência como *Occupy Wall Street* nos EUA ou a vitória eleitoral da esquerda na Grécia, o neoliberalismo não só sobreviveu como se radicalizou, porque o neoliberalismo se utiliza das crises econômicas que ele gera para reforçar sua própria lógica, bloqueando os caminhos alternativos. (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020, p. 106-107, grifo das autoras).

Tal como as autoras elucidam, este formato mais recente do neoliberalismo incidente em diversos países do mundo não é uma mera repetição das suas diretrizes típicas, visto que o seu aprofundamento vem somado ao avanço da extrema direita – com a eleição de governos com elementos neofascistas – e de um neoconservadorismo materializado no aumento das expressões da violência. Conforme Borges e Matos (2020), no Brasil de Bolsonaro, porém não somente aqui, aliada à agenda econômico-financeira ultraneoliberal está uma ofensiva neoconservadora. Pois, seu governo tem se colocado publicamente em prol do culto à violência policial, a ideologia repressiva e da intolerância à população LGBTQIA+; tendo estas manifestações fortes apelos religiosos. Vale lembrar que foi o governo ilegítimo de Michel Temer que calçou o terreno para a subsequente chegada da extrema direita bolsonarista ao poder. Com Temer houve a aprovação da EC95/2016, referente ao congelamento dos gastos públicos com saúde e educação por vinte anos, bem como ocorreu a aprovação da contrarreforma trabalhista; no governo Bolsonaro aconteceu a aprovação das

¹⁴⁶Cabe lembrar que enquanto escola de pensamento, o neoliberalismo surge nos anos 1940 representado por pensadores como Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman e outros. Contudo, só veio a ser tomado como alternativa político-econômica depois do esgotamento do fordismo-keynesianismo e agudização da crise estrutural do capital nos anos 1970. O projeto neoliberal só foi tomado como escopo de governo na Inglaterra, em 1979, na gestão de Margaret Thatcher. A primeira-ministra que entendia “não existir sociedade somente indivíduos”, priorizou a prescrição da plataforma neoliberal e deu início ao desmonte do *Welfare State* inglês. No “O novo imperialismo”, Harvey (2011) elenca exemplos de alguns países para mostrar como se deram estes movimentos de privatizações. Assim, menciona a onda de privatizações ocorridas na Argentina, a espoliação dos direitos fundiários da população indígena no México e a expulsão de produtores camponeses de suas terras na China. Não obstante, também frisa que tal ofensiva neoliberal aos trabalhadores não se deu sem resistência, em que vale ressaltar a rebelião do movimento zapatista de Chiapas, no México, a lutar pela proteção dos direitos dos povos indígenas.

contrarreformas da previdência. Junto a isso se deu, também, a perseguição ideológica às universidades públicas com o corte de verbas e suspensão de bolsas de iniciação científica, bem como de pós-graduação.

Localizando o fascismo na história e o papel do conservadorismo à manutenção das contradições dessa sociedade, sintetizam:

Especialmente no Brasil, neste ciclo de liberalismo ultra acirrado (ultraneoliberalismo), as práticas vêm sendo reorientadas por um conservadorismo de direita, também exacerbado (que denominados de ultra neoconservadorismo), uma vez que recorre ao fascismo. Seria uma nova etapa do projeto neoliberal, com a conjugação de um projeto ultraconservador, que busca naturalizar desvalores, para legitimar o neofascismo e que vai repercutir – diretamente – nos estratos mais baixos da classe trabalhadora, uma vez que estes são vistos como mais dispensáveis. (BORGES; MATOS, 2020, p. 80).

Logo, neste novo estágio do modo de produção e acumulação capitalista, nos deparamos com um Estado autocrático burguês que, sob novas roupagens, reascende a extrema-direita nacional e frações sociais conservadoras. O avanço do conservadorismo no cenário atual tem sido notório e repercutido nas políticas sociais, assim como em segmentos da classe trabalhadora. Assentando-nos no solo histórico das determinações político-econômicas e ideo-culturais expostas até aqui que, a seguir abordaremos esta conjuntura enquanto terreno fértil à incidência – no Serviço Social – de algumas estratégias ideológicas da burguesia contemporânea, dentre tais daremos ênfase ao empoderamento.

3. INCIDÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL DE ALGUMAS ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS DO CAPITAL

É nesta quadra histórica de ofensiva ultraneoliberal – de ajustes fiscais e ataques brutais aos direitos sociais dos trabalhadores, bem como de espraiamento das estratégias ideológicas do capital –, que vivenciamos, em tempos pandêmicos, o aprofundamento das respostas estatais aos interesses do grande capital. Sendo este o caldo político-econômico e ideo-cultural em que se dá o avanço de um ultra neoconservadorismo e a sua incidência no Serviço Social. Considerando as particularidades da nossa formação social capitalista dependente, compreendemos que tal avanço no Brasil vem sendo mobilizado por uma ala social vinculada (ou identificada) com a extrema direita e suas pautas autocráticas, reacionárias e antipopulares.

Situando historicamente o pensamento conservador, vale mencionar que em sua origem se apresentou como restaurador e antiburguês, entretanto Sousa, Oliveira e Souza (2020, p. 38) – à luz do pensamento de Lukács – apontam que 1848 foi um divisor de águas. Pois, nestes idos os processos revolucionários liderados pelos trabalhadores contra a burguesia tornaram a contrarrevolução um traço do pensamento conservador. Demarcam as autoras: “O pensamento conservador concentra, portanto, suas forças para combater e repudiar qualquer ameaça de revolução proletária.” (SOUSA; OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 38). De modo a apreenderem as expressões reacionárias do conservadorismo contemporâneo,

buscam fazer as mediações históricas necessárias ao debate do conservadorismo no Brasil, enfatizando que

[...] a sociabilidade burguesa no Brasil, tendo como espinha dorsal o racismo estrutural, não se compõe descolada da construção do pensamento conservador reacionário e de uma cultura autocrática. Esta característica particular, ao contrário, reverbera no processo de luta de classe no país, articulando racismo, classe e conservadorismo como condições estruturais do capitalismo dependente. (SOUSA; OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 42).

No que se refere as manifestações do conservadorismo burguês na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e inflexão gerada pelo movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão, deparamo-nos com uma conjuntura propícia a repercussão do ultra neoconservadorismo no exercício profissional. Isto porque, ao situarmos a sociabilidade burguesa nas particularidades da sociedade brasileira, percebemos nexos causais entre apreensão do real baseada em referenciais conservadores por parte de representantes do governo Bolsonaro e as implicações destes na atual destruição das políticas sociais (e culturais), bem como veiculação pública de posições de cariz conservador. No entanto, o que nos chama atenção e torna-se objeto de reflexão presente, é o fato de o Serviço Social – pela via deste ultra neoconservadorismo - ser um terreno fértil a incidência de algumas das atuais estratégias ideológicas do capital em sua ofensiva ultraneoliberal.

Dentre tais estratégias ideológicas, citamos a vinculação destas aos atuais mecanismos de retirada de direitos trabalhistas, superexploração e precarização da força de trabalho. Neste terreno que, em prol dos interesses do mercado, se dá a disseminação do empreendedorismo e do empoderamento, do que podemos denominar de “lógica do indivíduo empreendedor e empoderado”. Tal como Marx (1985, p. 712) observa na lei geral da acumulação capitalista, os trabalhadores desempregados são considerados integrantes da “[...] população supérflua [...]”, porém, supérflua como força de trabalho ativa no sistema de produção do capital e necessária à regulação dos salários, ao consumo assegurador da reprodução ampliada do capital, bem como ao aumento das formas de exploração e responsabilização dos trabalhadores. Nesse sentido, é que a lógica do indivíduo empoderado (empreendedor e autoempregador) surge como uma destas “novas tecnologias” e uma das expressões do atual projeto ideológico da burguesia. Vale ressaltar que tal lógica emerge numa conjuntura de “hipocrisia deliberada” (IASI, 2017) por parte da burguesia, no qual seus mecanismos ideológicos aprimoram-se e enredam a classe trabalhadora arrefecendo alternativas de luta.

Temos que os novos contornos do neoliberalismo em sua fase atual (ultraneoliberalismo) aquece uma ofensiva do capital ao trabalho investindo em novos meios de ampliar a exploração da força de trabalho; seja pela via da elevação da precarização total ou do avanço dos trabalhos contemporâneos análogos à escravidão. A exemplo temos o trabalhador da Uber que, além de ter que prover com o seu principal meio de trabalho, o automobilístico, de não ter nenhum direito trabalhista assegurado e responsabilidade da Uber para com o seu automóvel, chega a trabalhar mais de doze horas diárias para ganhar em torno de duzentos reais. Em tempos de domínio da financeirização e acumulação através do capital que porta juros, a Uber e outros aplicativos similares inspirados nela, vêm mobilizando o sistema

creditício, posto que maioria das transações acontecem por meio do crédito¹⁴⁷. Em dado trecho do artigo, Firmino e Cardoso enfatizam o quão o processo de uberização das relações de trabalho versa sob uma exploração complexa.

A exploração se revelou complexa, astuta e eticamente questionável, de uma trabalhadora “semiprecarizada”, em uma situação construída sobre ambiguidades, por um patrão que se identificava no celular como “comandante”. Tratava-se de uma maximização da exploração de sua força de trabalho. Era curioso e surpreendente que, numa atividade tão característica da *sharing economy* e do *self empreendedor*, os velhos conceitos de mais-valia e de propriedade dos “meios de produção” pudessem fazer tanto sentido. (FIRMINO, CARDOSO, 2018, p. s/n).

Diz Antunes, utilizando uma expressão popular: “É como se o capital dissesse ao trabalhador, se vire-se” (ANTUNES, 2018, p. 54) Como estamos numa fase da acumulação capitalista em que pulsa o abandono social (desemprego e subemprego) da classe trabalhadora e da população mais pauperizada, tanto os empresários quanto o Estado – por não poderem dizer à população suicidem-se ou criem a economia política do crime para sobreviverem – então resta a mistificação do empreendedorismo. No que se refere a lógica do indivíduo empreendedor (e, em nossa análise, empoderado), ressalta o sociólogo que numa sociedade que avassaladoramente desemprega, precariza, subemprega e quebra a legislação social protetora, o empreendedorismo surge como uma falsa alternativa a estes processos de deterioração do trabalho. O mito do empreendedorismo, e, em certa medida do indivíduo empoderado, é “[...] muito mais o milagre que resta para uma sociedade que joga a sua juventude para a barbárie.” (ANTUNES, 2018, p. 65)¹⁴⁸.

Fontes (2017) também faz importante reflexão sobre estes tempos de “uberização dos trabalhadores”, em que os Estados capitalistas reduzem sua intervenção na reprodução dos trabalhadores empregados e utilizam-se de meios de conter a crescente massa de trabalhadores desempregados. Isto, através de processos educativos elaborados pelo capital cujo mote é o empreendedorismo, de maneira a disciplinar a força de trabalho para tempos de naturalização do desemprego¹⁴⁹. Localizamos o empoderamento inserindo-o neste contexto em que tanto o Estado quanto a empresa distanciam-se da vida concreta dos trabalhadores, ignorando suas condições de vida, reprodução material, qualquer tipo de segurança social e

¹⁴⁷Somente a escala atingida pela propriedade dos recursos sociais de produção permite acoplar uma plataforma de busca a uma tecnologia móvel de cartão de crédito e a um localizador, que asseguram a estreita dependência do trabalhador, pois do cartão depende sua própria remuneração e o localizador denuncia todos os seus percursos, uma vez acionado o celular (conexão principal). E é através do cartão que serão extraídos diretamente entre 20 e 25% de toda a remuneração do trabalhador. A taxa de extração de valor é férrea, assim como o regime de trabalho (FONTES, 2017).

¹⁴⁸Em seu livro *O privilégio da servidão*, Antunes (2018) dá preciosas contribuições para pensarmos sobre o mundo do trabalho da “era digital”; no qual analisa que o processo de precarização da classe trabalhadora chega a tal ponto nesta conjuntura, que, os homens e mulheres jovens - diante do desemprego - “se tiverem sorte hoje” terão um trabalho precário. Portanto, se tiverem o privilégio, segundo o autor, serão servos para não serem desempregados e terem condições mínimas de subsistência.

¹⁴⁹Esclarece Fontes (2017, p. 50-52) haver “[...] o estímulo ao empreendedorismo, como apagamento fictício da relação de subordinação do trabalho ao capital, que se apresenta como igualdade entre...capitalistas, sendo um deles mero ‘proprietário’ de sua própria força de trabalho.”.

no trabalho. Com isso, a empresa extrai mais-valor do trabalhador sem custo algum com os meios de produção, somente por possuir a propriedade tecnológica de uma plataforma digital. “O Estado deve converter-se em controlador *ex post* (pelo convencimento e pela violência) dessas massas de trabalhadores, assegurando sua docilidade e disponibilidade para formas de sujeição ao capital desprovidas de direitos.” (FONTES, 2017, p. 63).

Citando Teixeira (2008, p. 135 – grifo do autor), fazemos analogia com o que chama de “[...] sociedade de ‘fábricas sem muros’”, no qual a *uberização* e o chamado *teletrabalho* designam um tipo de trabalhador que denomina de “trabalhador sem contracheque”. Ora, expressiva parcela da classe trabalhadora é explorada sem que precise, formalmente, vender sua força de trabalho. Diz Teixeira (2008, p. 139): “[...] o capital apropria-se da força coletiva desses trabalhadores sem despende uma única migalha de valor com a compra de sua força de trabalho.”

Fizemos esta breve exposição acerca do empoderamento e do empreendedorismo por entendermos serem duas dentre as atuais estratégias ideológicas do capital. Contudo, no concernente a incidência destas no Serviço Social destacaremos o empoderamento, à proporção em que impacta direta ou indiretamente a profissão neste contexto conveniente aos influxos ultra neoconservadores no trabalho profissional. Em sua gênese o Serviço Social teve forte influência do pensamento conservador de cunho cristão-católico, posteriormente sob influxo positivista e depois fenomenológico. Embora o Serviço Social tenha surgido como um dos mecanismos capitalistas para atenuar os efeitos das sequelas da questão social, a compreensão dos interesses antagônicos de classes que envolvem a profissão, nos possibilita reconhecer o final dos anos 1970 como marco de recusa do histórico conservadorismo na profissão. Expressivo desta intenção de ruptura com tal, temos chancelado por expressiva parte da categoria, a hegemonia do Projeto Ético-político Profissional.

Dito isto, a partir das – já abordadas – determinações concretas da crise estrutural destrutiva do capitalismo, das particularidades do ultraneoliberalismo à brasileira e da pandemia da covid-19, temos como pressuposto que o Serviço Social na contemporaneidade está tensionado por um cenário ultra neoconservador a incidir o exercício profissional. Diante disto, estamos num contexto de destruição dos direitos sociais, processo de hiperfocalização das políticas sociais¹⁵⁰, ampliação dos vínculos precarizados, do desemprego, das situações de assédios por parte dos empregadores e pressões para que assistentes sociais assumam tarefas que não são suas atribuições. São notórias as requisições conservadoras nas instituições de inserção profissional, não obstante atentamos para uma conjuntura de ameaça à autonomia relativa e favorável às respostas profissionais conservadoras; e, vale ressaltar: estando estas vinculadas a uma concepção ético-política da profissão oposta à concepção crítica.

Desse modo, destacamos o empoderamento enquanto uma das estratégias ideológicas do capital a impactar o Serviço Social. Há cerca de dez anos era perceptível na categoria profissional uma influência de Faleiros (2010)¹⁵¹, ao propor o empoderamento como estratégia interventiva dos assistentes sociais para fortalecer seus usuários. Junto a isso,

¹⁵⁰Cf. SILVA, M. M. Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização. **Revista Vértices**, Campos do Goytacazes, v. 22, n. especial, p. 727-747, 2020.

¹⁵¹No livro *Estratégias em Serviço Social*, Faleiros (2010) inaugura o debate do empoderamento no Serviço Social brasileiro, sendo esta obra fruto de uma antologia de artigos escritos pelo autor entre 1985 e 1997.

percebemos que atualmente tal incorporação por assistentes sociais tem se dado, também, pela influência alguns movimentos sociais que tomam o empoderamento como uma das principais estratégias políticas (em especial os movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIA+, dentre outros). Conjecturamos assim, que profissionais têm usado o empoderamento como um instrumento de intervenção vinculado a dimensão socioeducativa da atuação profissional.

Cabe frisar que nesta conjuntura de destruição das políticas sociais e influência dos organismos internacionais (no qual destacamos o Banco Mundial e a ONU-Mulheres), tem o empoderamento a função político-econômica de descolar as contradições sociais para os indivíduos, responsabilizando-os pelo provimento de suas necessidades sociais, pela criação de alternativas à sua situação de opressão e a construção de meios atrelados aos interesses do mercado. O empoderamento, enquanto uma das frações ideológicas do capitalismo atual, está associado à exacerbação de um individualismo voltado à lógica do mercado e facilmente capilarizado por desenvolvidos sistemas de manipulações de condutas. Estamos falando do entrelaçamento de determinações que incutem no sujeito a resolução das manifestações contemporâneas da chamada “questão social”, bem como que contribuem aos processos de restrição e adequação das lutas dos movimentos sociais particulares aos interesses do mercado.

No tocante as implicações objetivas e subjetivas na vida dos usuários do Serviço Social ao ser usado como instrumento de intervenção, estarão estes diante de programas cujos discursos são de mobilização dos próprios recursos, estímulo ao desenvolvimento de habilidades, “cidadania ativa” e ampliação da autonomia. Também estarão ainda diante de um(a) assistente social que, inserido em políticas e vínculos precarizados, reduzidos recursos, intervirá de maneira a não responder as suas demandas materiais, tendendo a incentivar que os usuários se fortaleçam individual ou coletivamente para sair de sua situação social. O empoderamento também se articula a retomada da psicologização das relações sociais no âmbito da intervenção profissional, cujas dimensões materiais da vida dos usuários são preteridas e estes percebidos por alguns profissionais como sujeitos com dificuldade para “potencializar habilidades” e mudar atitudes.

Ao se manifestar na profissão como instrumento de intervenção, reatualiza a prática conservadora em que o assistente social “[...] emoldura as refrações da ‘questão social’ no âmbito na *personalidade* e, em seguida, no da *relação interpessoal* [...]” (NETTO, 2006, p. 123, grifo do autor). Ainda se retomam perspectivas de intervenção calcadas na autodeterminação dos indivíduos, psicologização e na reforma moral dos sujeitos, que remontam a um exercício profissional balizado teórica e metodologicamente em correntes como a fenomenologia, o positivismo (e seu *ethos* liberal), o neotomismo e o cristianismo em sua vertente da Teologia da Libertação. Desconsidera-se, assim, o movimento dos usuários do Serviço Social no âmbito das determinações sociais, em suas relações de classe, considerando suas particularidades e suas inserções institucionais. Não à toa, Guimarães (2021, p. 212) – ao analisar as expressões conservadoras da abordagem familiar na Saúde da Família¹⁵² – aponta que:

¹⁵²Na íntegra o artigo intitula-se GUIMARÃES, E. M. de S. “As relações familiares como pauta de intervenção na saúde: considerações para os tempos ultraneoliberais”. Disponível em: VASCONCELOS, A. M. de; ALMEIDA, N. L. Teixeira de; VELOSO, R. (orgs.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

Os estudos sobre a abordagem familiar e comunitária na Saúde da Família realizados por Guimarães (2016) apontam que apesar da reivindicação de uma nova postura para as práticas em saúde vinculadas a perspectivas críticas, nos cursos de formação, a abordagem familiar e comunitária é construída a partir de referências sistêmica, funcionalista, fenomenológica, pós-moderna e pós-estruturalista. Ao alcançar a esfera cotidiana dos indivíduos e nela reproduzir tais perspectivas, sem mediações com as contradições societárias, em um contexto neoliberal, tais abordagens tendem a reafirmar a lógica de psicologização da vida social, do empoderamento, da transferência de responsabilidades, da responsabilização pela proteção social, da individualização e conseqüente culpabilização pelas condições de vida e de saúde. (GUIMARÃES, 2021, p. 212).

Portanto, lendo as condições objetivas e os conflitos de interesses circunscritos ao trabalho profissional, atentamos para os atuais mecanismos ideológicos do capital – mencionados pela autora acima – a impactar o Serviço Social. Nesse sentido, põe-se urgente a construção de estratégias coletivas de enfrentamento do ultra neoconservadorismo e fortalecimento do Projeto Ético-político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será neste contexto destrutivo da ordem capitalista, de crise econômica e crise sanitária em tempos de pandemia da Covid-19, que vivenciamos o avanço do ultraneoliberalismo e dos mecanismos ideológicos da burguesia contemporânea. Nesta quadra histórica, cujo capital - em âmbitos mundiais - se arroga de alianças neofascistas para avançar na implementação das suas diretrizes ultraneoliberais, que se evidencia o enaltecimento do que entendemos por individualismo empoderado. Dentre os aspectos deste ultraneoliberalismo à brasileira aquecido por chamadas ultra neoconservadores particulares de nosso capitalismo dependente, destacamos: as contrarreformas trabalhista e da previdência social, o congelamento de verbas para a educação e saúde, a perseguição à ciência e as suas instituições, a privatização de empresas públicas, os ataques aos povos indígenas em prol das madeireiras, o investimento na nacionalização das organizações milicianas, o favorecimento das indústrias do agronegócio e farmacêuticas, a implementação de táticas genocidas de governo durante da pandemia (antivacinas, pseudomedicamentosas, antisanitárias, anticiência e manipulatórias). Vale frisar ser esta conjuntura, também, de extermínio de sensibilidades, humanidades-gênicas, potencialidades criativas, e, enaltecida das manifestações de ódio, violência e dos processos de embrutecimento dos sujeitos.

Interpretamos que a crise estrutural-destrutiva capitalista e a pandemia expõem a realidade insuportável do sistema do capital, à proporção que demonstram estar em curso um processo de barbarização da vida social calcado, dentre várias determinações, na culpabilização e na ultra responsabilização dos indivíduos pela situação precária que estão. Em meio a isto, deparamo-nos com projetos de governo balizados no que Achille Mbembe denominou de necropolítica. Esta, em nosso juízo, ganhou novos contornos no contexto da pandemia, especialmente em países de capitalismo dependente como o Brasil. Ante a ausência das

alternativas ou respostas estatais às situações aviltantes, com o esfacelamento dos chamados direitos (de reprodução) sociais, os indivíduos são colocados à própria sorte.

No tocante a incidência do ultraneoliberalismo no Serviço Social via estratégias ideológicas do capital, designamos o papel assumido pelo empoderamento, visto que quando alguns profissionais o tomam como estratégia de intervenção visando fortalecer o indivíduo, reduzir a “opressão” e ampliar a autonomia dos usuários das políticas sociais (FALEIROS, 2010), poderão tender – mesmo que não intencionalmente – a transferir também o que lhe é atribuído ou o que lhe compete. Isto, em nossa análise, faz com que intervenções embasadas cientificamente deem lugar à prevalência de concepções pragmatistas, imediatistas ou cotidianas amparadas em conhecimentos do senso comum. Avaliamos que diante do atual cenário – que caminha à supressão políticas sociais –, de escassez de recursos sociais que respondam às demandas dos usuários, a(o) assistente social é chamado a manipular variáveis que transferem responsabilidades para os usuários, bem como a se aproximar de conhecimentos no campo da psicologia (tal como as abordagens behavioristas).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. *In*: RAVO, M. I. de S., MATOS, C. de M. e FREIRE, S. de M. F. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Editora Navegando Publicações, 2020. p. 103-121.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. *In*: BRAVO, M. I. de S., MATOS, C. de M. e FREIRE, S. de M. F. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Editora Navegando Publicações, 2020. p. 71-87.

BRASIL. Emenda Constitucional 95. Brasília: Presidência da República, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 27 abr. 2022.

CARVALHO, I. A. **O fetiche do empoderamento**: do conceito ideológico ao projeto político-econômico. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, I. A. de. Para a Crítica do Empoderamento: a ideologia do indivíduo mômada social. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CISLAGHI, J. F. Parte III – O ultraneoliberalismo e a política dos ressentimentos. Rio de Janeiro **Esquerda Online**, 25 de junho 2020. Disponível em:

<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FIRMINO, Rodrigo e CARDOSO, Bruno. A uberização da uber. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 130, 2 de maio de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-uberizacao-da-uber/>. Acesso em: 23 maio 2019.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **Movimentos Socialistas e Partidos Políticos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2009.

FERNANDES, F. **Brasil em Compasso de Espera**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista de Estudos Galegos**, Associação de Estudos Galegos (AEG), n 2, 2017.

GRANEMANN, S.; MIRANDA, F. Crise econômica, crise sanitária: a Covid-19 como instrumento da acumulação? *In*: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e pandemia**: quando a exceção é regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 19-34.

GUIMARÃES, E. M. de S. As relações familiares como pauta de intervenção na saúde: considerações para os tempos ultraneoliberais. *In*: VASCONCELOS, A. M. de; ALMEIDA, N. L. T. de; VELOSO, R. (orgs.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p.205-220.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IASI, M. L. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. (ICP), 2017.

LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência**: Problemas e categorias - Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. L. I. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política - o processo de produção capitalista. L. I. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, C. et al. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da TMD. São Paulo: Boitempo, 2012. p.103-133.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SILVA, L. B. Favela e Covid-19: registros da continuidade. *In*: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e pandemia**: quando a exceção é regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 57-73.

SILVA, M. M. Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização. **Vértices**, Campos do Goytacazes, v. 22, n. especial, p. 727-747, 2020.

SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, G. Pandemia e conservadorismo no Brasil: fundamentos e conjuntura recente. *In*: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e pandemia**: quando a exceção é regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 35-55.

TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.